



Empresas estudam mudar MP do saneamento

Para aprovar novo marco ainda neste governo, associação do setor privado deve propor flexibilização de artigo polêmico

Taís Hirata

SÃO PAULO As companhias privadas de saneamento básico vão propor mudanças na medida provisória que altera o marco regulatório do setor para que o texto possa ser aprovado ainda neste governo.

O principal ponto de discordância com as concessionárias públicas é um artigo polêmico da MP, que altera as regras de concorrência entre empresas públicas e privadas.

A ideia agora é incluir no texto uma diferenciação entre as companhias públicas com maior capacidade financeira — como Sabesp (SP), Sanepar (PR) e Compesa (PE) — e as empresas deficitárias.

Trata-se de uma tentativa de encontrar um consenso, já que as concessionárias públicas concordam com a maior parte do texto da MP, que traz outras mudanças consideradas importantes, mas discordam fortemente da mudança nas regras de concorrência.

No mercado, há a percepção de que o novo marco regulatório, de modo geral, traz avanços e que é mais seguro aprovar a MP neste ano — já que pouco se conhece sobre a proposta do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), para o setor.

Durante a campanha, o então presidencial não parti-

cipou de nenhum debate promovido pelas associações da área e, até agora, as entidades tampouco encontraram algum interlocutor dentro da equipe do novo governo.

O prazo para aprovar a MP é curto. Apresentada em julho pelo governo de Michel Temer, ela perderá sua validade em 19 de novembro caso não seja aprovada pelo Congresso.

Na semana passada, o relatório do senador Valdir Raupp (MDB-RO) foi aprovado na Comissão Mista responsável por analisar o tema. O texto ainda precisa ser votado nos plenários da Câmara e do Senado.

A ideia é tentar votar o texto na Câmara nesta semana.

Antes disso, a Abcon (associação das companhias privadas) estuda uma proposta de texto mais flexível, para conseguir o apoio necessário para aprovar a MP.

A alteração seria no artigo que, na prática, obriga os municípios a realizar licitações na hora de contratar as concessionárias de saneamento.

Antes, a concorrência não era necessária caso o contrato fosse firmado com uma empresa pública. Só seria preciso abrir competição se o prefeito quisesse contratar uma empresa privada.

A mudança foi um pleito das companhias privadas, que reclamavam de concorrência

desleal, mas gerou diversos questionamentos de analistas e concessionárias estaduais.

A nova proposta da Abcon traria um aceno às companhias estaduais de maior porte e com melhor saúde financeira, que geram seu próprio caixa e, em muitos casos, atraem investidores privados.

A proposta ainda está em negociação, afirma Percy Soares Neto, diretor da entidade.

“O princípio é não tratar empresas diferentes de forma igual. Há empresas que realizam investimentos, estão melhorando a qualidade do serviço. E tem companhias com zero capacidade”, diz ele.

As concessionárias estaduais, principais opositoras ao artigo, estão abertas a negociação caso haja mudanças no texto, segundo Roberto Tavares, presidente da Aesbe (associação das concessionárias públicas) e da Compesa, concessionária de Pernambuco.

Ele também afirma que é preciso diferenciar as companhias. “As empresas que não dependem do Estado, que captam recursos no mercado, que têm um plano de investimento rodando, vão ser prejudicadas. É diferente das empresas dependentes do Tesouro para sobreviver. Mas hoje, do jeito que está, nossa ação é para que nossas bancadas votem contra”, diz ele.

Sabesp espera alcançar 95% de saneamento na região até 2019

Em até 10 anos, a Sabesp espera que 95% da Baixada Santista tenha coleta e tratamento de esgoto. A previsão faz parte da etapa futura do Programa Onda Limpa, que deve começar no segundo semestre de 2019, com investimento estimado de R\$ 1,9 bilhão. A divulgação do projeto acontece em meio à Semana Saturnino de Brito, evento que, entre hoje e sexta-feira, homenageia o sanitário responsável por obras fundamentais na área, como os canais. De acordo com o diretor de Sistemas Regionais da Sabesp, o engenheiro João Cesar Queiroz Prado, atualmente a região conta com 80% de coleta e tratamento de esgoto, sendo Santos a cidade mais avançada nesse quesito, com aproximadamente 99% de cobertura. Itanhaém e Bertioga são as mais atrasadas – menos de 60%.

Fonte: Jornal A Tribuna – 06/11/2018

Bolsonaro defende aprovação da idade mínima para aposentadoria

O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), defendeu ontem que seja aprovado ainda este ano algum passo, “por menor que seja”, na Reforma da Previdência. Ele propõe a fixação da idade mínima para 61 anos para os homens e 56 para mulheres. O presidente prevê “majorar” em determinadas carreiras que serão especificadas. A intenção é aprovar as mudanças ainda este ano. “Um grande passo, no meu entender, se este ano for possível, vamos passar para 61 anos [a idade mínima] o serviço público para o homem, 56 para a mulher, e majorar também o ano nas demais carreiras. Acredito que seja um bom começo para entrar no ano que vem já tendo algo de concreto para nos ajudar na economia”, disse o presidente eleito em entrevista à TV Aparecida. Segundo Bolsonaro, não se pode generalizar a fixação da idade mínima de 65 anos porque certas atividades são incompatíveis com a aposentadoria até mesmo aos 60. O presidente eleito usou como exemplo os policiais militares do Rio de Janeiro. No projeto que está na comissão especial da Câmara, a idade mínima é de 65 anos para homens e 62 para mulheres. A proposta já foi aprovada na comissão especial, ainda tem de passar por outras instâncias na Casa.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 06/11/2018

Previdência só deve ser pautada em 2019, diz Paim

Diante do que chamou de informações desconstruídas que têm deixado a população inquieta, o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou que, com a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, houve o entendimento de que a Reforma da Previdência somente seria votada somente após a posse dos novos integrantes do Congresso Nacional, em fevereiro de 2019. Ele avalia ser impossível analisar uma proposta de mudança na Constituição em tão pouco tempo, ainda este ano. Mais que isso, o senador entende não ser recomendável que os atuais senadores e deputados votem essa reforma, pois eles podem se posicionar de modo diferente daquilo que foi prometido aos brasileiros, nas eleições de outubro. O senador espera ainda que a proposta de reforma da previdência, a ser analisada no próximo ano, não seja baseada no modelo de capitalização adotado no Chile. Segundo ele, o sistema chileno gerou redução no valor de aposentadorias e pensões e provocou o aumento no número de suicídios de idosos. Paulo Paim voltou a afirmar que o sistema previdenciário brasileiro não é deficitário.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 06/11/2018

Quase um ano após reforma trabalhista, ações caem 17%

Passados quase um ano de vigência da nova legislação trabalhista, o volume de ações que entraram nas Varas do Trabalho (primeira instância) está em um patamar cerca de 17% inferior a 2017, apontam dados do TST (Tribunal Superior do Trabalho). Entre janeiro e setembro deste ano, as Varas receberam cerca de 1,6 milhão de reclamações trabalhistas, contra pouco mais de 2 milhões no mesmo período do ano passado. Em novembro de 2017, mês em que entraram em vigor as mudanças na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o primeiro grau registrou um pico de casos novos recebidos: 26,2 mil processos, montante 9,9% superior a março de 2017, segundo mês com maior entrada no período.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 06/11/2018